

**RESENHA BIBLIOGRÁFICA**  
**ESCOLA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, Vitor Henrique Paro**  
Editora Cultrix/Fundação Carlos Chagas – São Paulo, 1979

João Pedro da Fonseca

Qual o papel, no Brasil, do sistema regular de ensino na formação profissional? A resposta a esta questão supõe uma análise acurada de vários fatores que, por sua vez, exige do analista uma visão clara e aberta do sistema escolar brasileiro.

Com a Lei 5692/71, “que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus”, ampliou-se o debate em torno do ensino profissionalizante, do valor econômico da educação, do papel da escola no desenvolvimento brasileiro e do tipo de aluno e de sociedade a que o sistema de ensino deveria atender.

O livro de Vitor Henrique Paro – originalmente, dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Educação da USP – representa valiosa contribuição para o debate a respeito do “sistema regular de ensino e a formação de recursos humanos no Brasil”. Trata-se de um dos mais importantes temas da atual problemática educacional brasileira que o autor aborda com muita clareza, seriedade, amplitude e propriedade.

A obra divide-se em três capítulos em que são analisados os seguintes assuntos: O sistema educacional e as necessidades do mercado de trabalho; A educação e o trabalho; O sistema escolar regular e a formação profissional.

A preocupação maior do autor parece ser a “adequada distribuição de responsabilidades pela formação profissional entre as diversas instituições e agências que cuidam do desenvolvimento de recursos humanos”, isto é, “a utilização mais racional possível dos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis na sociedade”, isto é, formas de se evitar desperdícios.

Vitor Henrique Paro faz uma análise da relação entre educação e desenvolvimento econômico e aponta as dificuldades em se estabelecer essa relação com segurança, recomendando cautela nessa abordagem. Adverte para o perigo do “planejamento da educação voltado exclusivamente para o sistema produtivo, mas reconhece a legitimidade da formação profissional na escola. Diz o autor:

“Parece-nos legítimo, por isso, que o sistema educacional — ressalvadas as limitações que lhe são inerentes e sem prejuízo do papel formador que deve desempenhar na educação do indivíduo visando a sua efetiva participação na sociedade como homem e como cidadão — seja chamado a colaborar na promoção do desenvolvimento.” Nesta e em outras passagens, ressalte-se a posição de equilíbrio do autor que procura sempre identificar vantagens e desvantagens, pontos positivos e negativos, evitando radicalismos. A respeito, por exemplo, da educação geral e formação profissional, considera ambas importantes e procura atribuir a cada uma o seu justo valor. Longe de apresentar certezas definitivas, questiona: “Qual a real extensão da carência de pessoal qualificado existente? Quais os tipos de profissionais a serem formados? Até que ponto tem fundamento a suposição, implícita na seleção efetuada pelas empresas, de que a maiores níveis de escolaridade correspondem maiores graus de produtividade por parte dos indivíduos? Como agir para que a escola não se transforme em simples mecanismo de adestramento das pessoas, para atender a fins meramente pragmatistas do sistema produtivo? A formação específica deve fazer parte do currículo das escolas do sistema regular de ensino ou deve ser desenvolvida no próprio ambiente de trabalho? Até que ponto se registra realmente uma escassez de pessoal de nível médio, no país, que justifique uma profissionalização generalizada e compulsória do ensino de 2º grau? Qual o papel da cultura geral e da educação especial na formação do educando? Qual o momento e local adequados para se proporcionar formação profissional específica?”

Lançada a dúvida, põe-se em busca das melhores alternativas, do meio mais racional, da medida mais acertada.

A visão que o Professor Vitor apresenta é a do administrador preocupado com a racionalização e a do educador que se interessa pela formação das novas gerações, pela “educação integral” dos estudantes de todos os graus de ensino, pelo problema da evasão e repetência, pelas condições de educabilidade dos que ingressam na escola, pelo fornecimento de uma “educação instrumental”. Defendendo a formação profissional, preocupa-se com o perigo do especialismo excessivamente pragmatista. Favorável à extensão da escolaridade ao maior número possível de cidadãos, adverte para a natureza da educação oferecida. Aponta falhas no dimensionamento de nossos problemas educacionais como aquela de se criticar a expansão do ensino superior como um mal em si quando o mal reside na forma como se deu essa expansão. Defende a prioridade absoluta ao ensino de 1º grau.

O autor dá ao seu tema um tratamento bastante amplo fornecendo ao leitor uma visão geral do problema que, obviamente, pode ser aprofundada. Ao discorrer a respeito do papel do sistema regular de ensino, do sistema produtivo

---

RESENHA BIBLIOGRÁFICA  
ESCOLA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, VICTOR HENRIQUE PARO

---

e do "segundo sistema educacional" na formação de recursos humanos, deixa ele aberto o caminho para novos estudos.

O presente trabalho merece ser lido por todos os que se interessam pelos nossos problemas educacionais e de desenvolvimento. De modo especial, recomenda-se a sua leitura aos educadores, estudantes de pedagogia e dos cursos de licenciatura, particularmente aos da disciplina Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º e 2º graus. A linguagem simples e clara torna-o compreensível até para leigos. Os empresários e todos os que se preocupam com a formação de recursos humanos no Brasil também terão muito proveito com essa leitura.